



XVIII ENANPUR
NATAL2019
27 a 31 maio

PROBLEMÁTICA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA BAHIA

Autores:

Noelio Dantaslé Spinola - UNIVERSIDADE SALVADOR - UNIFACS - spinolanoelio@gmail.com

Resumo:

O texto trata das circunstâncias que provocaram, na atualidade, a perda de competitividade pelo estado da Bahia. Busca responder à seguinte questão: por que a Bahia não se desenvolveu como era esperado apresentando, na atualidade, um quadro significativo de desigualdade social e de concentração da renda? Pretende, também, especular quanto às perspectivas do seu futuro imediato. Trabalha com uma metodologia dedutiva compreendendo técnicas de pesquisa documental e bibliográfica. Conclui que o atraso econômico da Bahia foi consequência de uma trama de circunstâncias que ao longo do tempo produziram a situação atual. A associação de problemas políticos sociais e econômicos vivenciados a partir da sua matriz colonizadora; a burocracia patrimonialista, o imperialismo vicejante no mercantilismo europeu dos séculos XV ao XVIII ; a escravidão e o modelo de exploração agroexportador; a incompetência administrativa, o padrão de vida perdulário e a corrupção que caracterizaram a elite brasileira e baiana; a má condução política do Estado durante a Primeira República; as secas e demais condições edafoclimáticas adversas; e a política macroeconômica do governo federal, ao longo do século XX; foram, no seu conjunto, os responsáveis pela situação atual.

PROBLEMÁTICA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA BAHIA

RESUMO

O texto trata das circunstâncias que provocaram, na atualidade, a perda de competitividade pelo estado da Bahia. Busca responder à seguinte questão: por que a Bahia não se desenvolveu como era esperado apresentando, na atualidade, um quadro significativo de desigualdade social e de concentração da renda? Pretende, também, especular quanto às perspectivas do seu futuro imediato. Trabalha com uma metodologia dedutiva compreendendo técnicas de pesquisa documental e bibliográfica. Conclui que o atraso econômico da Bahia foi consequência de uma trama de circunstâncias que ao longo do tempo produziram a situação atual. A associação de problemas políticos sociais e econômicos vivenciados a partir da sua matriz colonizadora; a burocracia patrimonialista, o imperialismo vicejante no mercantilismo europeu dos séculos XV ao XVIII ; a escravidão e o modelo de exploração agroexportador; a incompetência administrativa, o padrão de vida perdulário e a corrupção que caracterizaram a elite brasileira e baiana; a má condução política do Estado durante a Primeira República; as secas e demais condições edafoclimáticas adversas; e a política macroeconômica do governo federal, ao longo do século XX; foram, no seu conjunto, os responsáveis pela situação atual.

Palavras chave: Bahia. Desenvolvimento Regional. Planejamento Regional. Competitividade.

PROBLEM OF BAHIA'S REGIONAL DEVELOPMENT

ABSTRACT

The text deals with the problems faced by the state of Bahia along its development process. Seeks to answer the following question: why Bahia did not develop as expected presenting, nowadays, a reality marked by social inequality and income concentration? It also seeks to speculate on the prospects for its immediate future. It works with a deductive methodology comprising documentary and bibliographic research techniques. It concludes that Bahia's economic backwardness was the consequence of a set of circumstances that, over time, produced the current situation.. The association of political, social and economic problems arising from its colonization process; the existence of a patrimonialist bureaucracy, the imperialism that thrived in European mercantilism from the 15th to the 18th centuries; slavery and the agro-export model of exploitation; the administrative incompetence, the wasteful standard of living and the corruption that characterized the Brazilian and Bahian elite; the poor political conduct of the State during the First Republic; droughts and other adverse climatic conditions; and the federal government's macroeconomic policy throughout the twentieth century were all responsible for the current situation.

Keywords: Bahia. Regional development. Regional planning. Competitiveness.

INTRODUÇÃO

Este texto apresenta um estudo da economia baiana no período compreendido entre o início da colonização até os dias atuais. Pretende responder por que a Bahia não se desenvolveu como era esperado apresentando, na atualidade, um quadro significativo de desigualdade social, de concentração da renda e de perda da competitividade regional? Pretende, também, especular quanto às perspectivas do seu futuro imediato.

A metodologia que presidiu a sua elaboração foi dedutiva e compreendeu técnicas de pesquisa documental e bibliográfica, em fontes primárias e secundárias, focadas na questão regional. No plano documental foram compiladas e consolidadas informações de inúmeros organismos técnicos como a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI-Ba.); o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB) e o Arquivo Público do Estado da Bahia. Em termos bibliográficos procedeu-se a uma revisão da literatura produzida pelos autores antigos e modernos do Brasil e do exterior, que em livros e artigos trataram da questão.

Para começar, como disseram Furtado (1974), Arrighi (1977) e muitos outros teóricos da Economia, o desenvolvimento econômico que importa, como uma justa divisão da riqueza, é um mito, ou uma ilusão. Há quase meio século, escrevendo sobre o mito do desenvolvimento, explicava Celso Furtado (1974, p.15) como esse tem exercido uma profunda influência sobre o pensamento daqueles que se dedicam à análise da realidade social. O mito funciona como um farol que ilumina o campo de percepção dos cientistas sociais permitindo-lhes ver claramente alguns problemas e nada ver de outros, simultaneamente, assegurando-lhes certo consolo intelectual, pois as discriminações valorativas que realizam surgem ao seu espírito como um reflexo da realidade objetiva. Neste sentido, não sem certa desilusão, constatava Celso Furtado que pelo menos noventa por cento da literatura sobre desenvolvimento econômico, produzida até aquela já distante época, se fundava na idéia, que se dava por evidente, “segundo a qual o desenvolvimento econômico, tal qual vinha sendo praticado pelos grandes países que lideraram a revolução industrial poderia ser universalizado.” (1974, p.16). Ou seja, pretendia-se especificamente que os padrões de consumo da minoria da humanidade, que vive no primeiro mundo, fossem acessíveis às grandes massas que sobrevivem no terceiro mundo. Esta idéia, segundo Furtado, era “seguramente uma prolongação do mito do progresso, elemento essencial na ideologia diretora da revolução burguesa, dentro da qual se criou a atual sociedade industrial.” (1974, p.15).

Cabe então indagar se estarão certos os neomalthusianos quando preveem que se caminha para uma era de graves e duradouros conflitos regionais e mundiais, na medida em que a maioria dos sete bilhões de terráqueos quiser ascender às condições mínimas de segurança alimentar? E que tal pretensão acabará com a humanidade ou dará forma a uma nova ordem social, cujos padrões serão estabelecidos pelos mais fortes com a eliminação radical ou submissão dos mais fracos, confirmando as profecias de Huxley (1969)?

A provável confirmação dessa previsão sustenta-se em Arrighi (1997), que fala da divisão da riqueza pessoal em dois tipos que estão separados por barreiras intransponíveis. O primeiro deles refere-se à *riqueza democrática* que constitui “um domínio sobre os recursos que, em princípio, está disponível para todos em relação direta com a intensidade e eficiência de seus esforços” (ARRIGHI, 1997, p. 216). O segundo tipo é constituído pela *riqueza oligárquica* que está estratificada e nunca está disponível para todos, por mais intensos e eficientes que sejam seus esforços. Isso é demonstrado pelo conceito de troca desigual que explica não podermos todos ter domínio sobre produtos e serviços que incorporam o tempo e o esforço de mais de uma pessoa de eficiência média. Assim o gozo da riqueza oligárquica pressupõe a eliminação de outros. O que cada um de nós pode realizar, não é possível para todos. Como afirma Wallerstein (1988), “desenvolvimento neste sentido é uma ilusão”.

Isso quer dizer que a riqueza dos estados do núcleo orgânico (o chamado Primeiro Mundo em termos globais, a região Sudeste e Sul no caso brasileiro) é semelhante à riqueza oligárquica. Esta riqueza não pode ser generalizada porque se baseia em processos de exploração e de exclusão que pressupõem a reprodução contínua da pobreza da maioria da população num contexto regional.

Sabedor desse fenômeno, Santos (1979) concebeu os circuitos superior e inferior que constituem os espaços urbanos nas regiões subdesenvolvidas, demonstrando que a pobreza absoluta ou relativa dos estados semiperiféricos (Brasil Sudeste/Sul em relação ao primeiro mundo) e periféricos (Brasil Nordeste em relação ao Brasil Sudeste) induz continuamente suas elites a participar da divisão internacional do trabalho por recompensas marginais que deixam o grosso dos benefícios para os integrantes dos estados do núcleo orgânico. Arrighi (1997) afirma que a luta contra a exclusão leva à busca de um nicho comparativamente seguro na divisão internacional do trabalho o que induz os estados semiperiféricos a uma maior especialização em atividades onde possa obter algum tipo de vantagem competitiva o que leva a uma relação de trocas desigual (deterioração dos termos de intercâmbio) na qual o estado semiperiférico fornece mercadorias que incorporam mão-de-obra mal remunerada para os estados do núcleo orgânico em troca de mercadorias que incorporam mão de obra bem remunerada e a uma exclusão mais completa dos estados periféricos das atividades nas quais o estado semiperiférico busca maior especialização.

Na luta para mudar esse quadro desigual, que mobilizou a melhor inteligência econômica baiana nas décadas de 1950/1960, Manoel Pinto de Aguiar, já dizia em 1972, que “aqueles Estados que conseguiram, à força de labuta e esforço, uma taxa de crescimento maior que a nossa lutarão certamente para conservá-la. E se a nossa subordinação econômica for um elemento importante para isto, tentarão mantê-la”. Como, de fato, mantiveram. E a Bahia está hoje na periferia da semiperiferia da economia mundo. Isto se constata no estudo da sua história, entremeada por ciclos de expansão e contração quando apresenta nos albores do Século XXI um quadro preocupante de perda de competitividade, conforme analisado sucintamente nos tópicos seguintes desse estudo.

UM CONJUNTO DE CAUSAS

Foram diversas as circunstâncias que provocaram a decadência e situação de baixa competitividade da Bahia no cenário atual do país. Nesses termos podem ser elencadas causas de natureza histórica, políticas, econômicas e sociais.

Do ponto de vista histórico, 1763 é o ponto de partida da futura decadência da Bahia. Com a transferência do Governo Geral de Salvador para o Rio de Janeiro, perdeu a província sua condição de capital política do país e todos os ganhos inerentes a essa condição. Segundo Tavares (2001), isto se deveu ao fato de o polo de desenvolvimento do Brasil ter saído do Norte/Nordeste, firmando-se no Sudeste (Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo). A descoberta do ouro nas Minas Gerais e, posteriormente, o advento do ciclo do café, plantado inicialmente no Rio de Janeiro e depois em São Paulo, deslocaram o eixo da economia, marginalizando para sempre as províncias do Nordeste e do Norte.

Nesse contexto, a transferência da Família Real Portuguesa e de todo o aparato cultural, técnico e político da metrópole lusitana para o Rio de Janeiro, em 1808, constituiu o golpe de misericórdia nas pretensões baianas de assumir uma posição hegemônica na economia nacional. Pois, como bem assinalou Braudel (1979), a convivência e a cumplicidade com o Estado são essenciais para o desenvolvimento do sistema capitalista. O investimento político e cultural efetuado no Rio de Janeiro, a partir da sua transformação em sede da monarquia portuguesa, transformou aquela cidade na metrópole do Brasil colonial, ali centralizando todo o poder político e econômico que prevaleceu ao longo do século XIX e parte do século XX.

Assim fundaram-se as bases do sistema dominante brasileiro que marcaria em definitivo os desequilíbrios regionais que se acentuaram no século XX.

Paradoxal foi que, no plano político, a Bahia foi bastante privilegiada no período imperial. Leite (2013) conta que pouco mais de um terço das presidências de Gabinete, entre 1847, quando o cargo foi criado, e 1889, foi dominado por baianos; um quarto de todos os ministros de estado, entre 1840 e 1889, foram baianos, que só não participaram de 5 gabinetes dentre os 36 montados no período; no Conselho de Estado, órgão consultivo criado pelo Imperador em 1841, cerca da quarta parte, também, era de baianos; o Gabinete mais longo foi o do baiano Visconde de Rio Branco, entre 1871 e 1875, enquanto o Barão de Cotegipe liderou outro que durou bastante, entre 1885 e 1889; para concluir, nos últimos dez anos do antigo regime, os políticos da província lideraram os gabinetes por mais de sete anos.

Contudo, o privilégio aqui assinalado, não resultou em maiores benefícios para a província/estado. Os representantes da Bahia no governo eram, na prática, representantes de si mesmos, de suas famílias e apaniguados. Com suas raízes no campo, grande parte vinculada à decadente cultura do açúcar, não tinham um eleitorado a quem prestar contas. Cuidaram dos seus interesses pessoais, desprezando a província natal. Não havia uma

opinião pública que lhes cobrasse. De acordo com Sampaio (1999, p.29) em 1890, na Bahia, 82% dos habitantes não sabiam ler e escrever. E como a República não admitia o voto dos analfabetos, a população estava impedida de participar ativamente da vida política.

Sintomaticamente, a partir da República, a Bahia perdeu a representatividade e a capacidade de influenciar nos rumos da administração pública nacional que foi monopolizada pelas representações dos estados do Sudeste e do Sul, notadamente as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais e os caudilhos do Rio Grande do Sul. Isso até os tempos atuais.

As oligarquias baianas, saudosas do Império, recolheram-se á província/ estado e dominaram a máquina governamental. Conservadoras, reacionárias ao novo regime e contando com menor poder de barganha e capacidade de atender seus aliados e grupos de apoio, mantiveram-se resistentes ao governo central. Nessa circunstância, desenvolve-se o coronelismo no interior e registram-se, até a Revolução de Trinta, conflitos que dividem a oligarquia local em grupos políticos antagônicos. Essas disputas pelo poder, que se travaram ao longo da Primeira República, revelaram-se um autêntico jogo de soma zero em que, na prática, ninguém ganhou e a Bahia perdeu muito no cenário nacional. Getúlio Vargas, incorporando o espírito modernizador da Revolução de 30, preteriu a todos os oligarcas baianos durante o seu longo período ditatorial, mas, nem por isto, conseguiu modernizar a Bahia.

Uma considerável energia e capacidade política, que poderiam convergir para beneficiar o Estado mediante projetos que promovessem seu desenvolvimento, foram desperdiçadas em disputas movidas por interesses pessoais, e outras atitudes negativas que, vistas de hoje, desmerecem vultos históricos como Ruy Barbosa, Luis Viana, Severino Vieira, José Marcelino, Araújo Pinho, J. J. Seabra e Antonio Moniz de Aragão¹. O governo federal, que frequentemente se envolvia nas querelas provinciais, também teve sua parcela de responsabilidade: por exemplo, o presidente Hermes da Fonseca mandou bombardear Salvador² em apoio a J.J.Seabra e Epitácio Pessoa firmou um acordo irresponsável com os “coronéis jagunços” em 1920, ignorando radicalmente o governo estadual.

Sob o ponto de vista econômico Numa situação de franca desvantagem, segundo Tavares (2001, p.368), em 1928, após sucessivas renegociações da sua dívida externa, a Bahia estava devendo 8 milhões de libras ao *London and Brazilian Bank* e 48 milhões de francos ao *Crédit Mobilier Français* e a outros estabelecimentos bancários franceses, enquanto a dívida interna atingia 119.118:050\$000 em 1929. Assim, endividada e sem capacidade de investimentos pelo déficit crônico da sua balança comercial (na década final do século XIX, a Bahia somente apresentou *superávit* em sua balança comercial nos anos de 1893, 1898 e 1899), nesse mesmo período, a abolição da escravatura e a proclamação da República multiplicaram as suas dificuldades de ordem econômica com a desorganização das bases produtivas das lavouras. Acresce a tudo isso a política tributária que concentrou a arrecadação dos tributos na União e favorecendo os estados do Sul e do Sudeste.

¹ Não foram citados outros vultos mais recentes como Juracy Magalhães, Simões Filho, e Antonio Carlos Magalhães que no governo ou fora dele marcaram sua época.

² Destruindo totalmente a Biblioteca Pública da Bahia.

Com as suas oligarquias comprometidas com o capital mercantil e agroexportador, absolutamente refratárias às perspectivas do capitalismo industrial; sem o capital humano habilitado para empreender e sem uma classe média assalariada capaz de constituir um mercado interno estimulador da produção local em setores da atividade industrial e de serviços, as atividades que se desenvolveram na Bahia, ao longo do século XIX e em boa parte do século XX, careciam das condições que possibilitassem o estabelecimento de um processo de desenvolvimento autossustentável em longo prazo.

No caso baiano, na medida em que o comércio revela-se como setor hegemônico e que a acumulação de capitais se processa no circuito típico de uma economia mercantil, ou seja, na esfera da circulação, torna-se dificultado o processo de transformações das relações de trabalho em direção ao salariado, pereniza-se o hiato entre circulação e produção, dificultando as transformações estruturais da sociedade engendrada no escravismo. (BAPTISTA E ARAÚJO, 1978, p.28).

Enigmas da Bahia

No final da década de 1950, intelectuais baianos, entre eles Luís Henrique Dias Tavares (*O problema da involução industrial da Bahia*), discutiam as causas da contradição entre os avanços obtidos pela Bahia na formação dos seus sistemas de transportes e energético, no crescimento demográfico, na melhoria urbana da capital e, em muitos outros aspectos, a redução da importância da sua indústria na primeira metade do século XX. Enfim, perguntavam-se: por que a Bahia não se desenvolveu como os principais estados da região Sudeste? A partir de uma pesquisa em fontes diversas e dos dados censitários de 1920 a 1940, o autor constatava então “uma impressionante estagnação nas indústrias têxtil e fumageira e, doutra parte (...), o desaparecimento do leque de empresas manufatureiras que se abria multicolorido de esperanças naqueles primeiros anos da República” (TAVARES, 1966,p.4).

Octávio Mangabeira, espantado com o que viu ao assumir o governo do estado (1946/1950), cunhou a expressão *enigma baiano* e, preocupado com a estagnação da economia estadual, encomendou a Ignácio Tosta Filho o primeiro *Plano de desenvolvimento da Bahia*, documento pouco divulgado na atualidade e praticamente desaparecido.

Também Pinto de Aguiar escreveu uma monografia com o título *Notas sobre o enigma baiano*. Aguiar (1972, apud SPINOLA, 2003 p.103) listava em seu trabalho três causas responsáveis pelo nosso atraso: 1º o problema de instabilidade da nossa economia, que, sendo primária e reflexa, dependia, endogenamente, da sazonalidade das safras e, exogenamente, das flutuações dos mercados exteriores e dos seus preços; 2º o desgaste do nosso intercâmbio comercial interno, vendendo produtos primários baratos e comprando produtos industriais caros; 3º a escassa capacidade de poupança, decorrente destas causas, e o reduzido estímulo aos investimentos pelas limitações do mercado.

Rômulo Almeida (1977, p. 19-54) por seu turno, culpava “o ritmo fraco de capitalização devido à decadência política da Bahia na República, efeito e novamente, causa das dificuldades de transportes e a carência de energia, que, para vencê-las, não

encontravam recursos na economia colonial baiana, as quais terão sido também causa de outra carência, a quase nula imigração.” Rômulo, aprofundava o seu argumento e avançava pelos estudos do capital humano, social e relacional, apontando, além da falta de imigrantes, como outro fator, a falta de interesse dos ricos comerciantes da terra nos empreendimentos da produção: **“não tinham tirocínio industrial e, com isso, o espírito de iniciativa e indústria (grifo nosso), tão vivo e tenaz na história ainda recente da Bahia, havia de desencorajar-se e evadir-se [...], enquanto a indústria evoluía noutras partes.”** (1977, p.19-54).

Já o ex-ministro da Fazenda e banqueiro Clemente Mariani (1977) em estudo divulgado em fins dos anos 1950, sob o título *Análise do problema econômico baiano*, sintetiza e amplifica as considerações dos autores aqui citados em seu diagnóstico da economia estadual. Mariani estuda o que chama de *começo e progressão da relativa decadência econômica do Estado*. Em sua opinião, os primórdios dessa decadência encontram-se na perda de importância do açúcar em nosso comércio exterior, acelerando-se com o fim da escravatura. Detém-se também no exame da política econômico-financeira oficial do pós-guerra que considera nociva para a Bahia. O autor afirma que o desenvolvimento da lavoura do cacau teria criado novas perspectivas de enriquecimento do Estado, com a consequente possibilidade de aplicação da poupança decorrente em benefício da sua economia, se **o monopólio de câmbio, iniciado com a Revolução de 1930 (a quem chamava de madrastra da Bahia) e até hoje mantido sob formas diversas, não houvesse representado uma perfeita espoliação dos recursos do Estado, em benefício do governo federal que, desse modo, obteve as divisas baratas para atender a suas necessidades administrativas ou mesmo a sua política econômica, geralmente traçada com absoluta insensibilidade para com o interesse do Estado e de sua população** (MARIANI, 1977, p. 55-121).

Só que Mariani se esqueceu, ou omitiu que na monocultura cacauzeira os resultados obtidos eram transferidos para o exterior pelas empresas exportadoras, e gastos no Rio de Janeiro e São Paulo, quando não em Paris, pelos familiares e descendentes dos velhos coronéis do cacau, repetindo os hábitos de “novos ricos” dos senhores de engenhos do açúcar.

O estado nos primeiros cinquenta anos do século XX, foi administrado por 21 governadores, entre titulares, interinos e interventores, sendo majoritariamente de formação humanista.

Percebe-se a ausência de projetos de desenvolvimento regional ou de outro tipo. Com uma economia basicamente agroexportadora ou de subsistência, politicamente baseada na propriedade das terras e alianças entre poderosos, e ainda convivendo com um ambiente social organizado segundo uma clientela dedicada e dependente dos grandes proprietários (votos de “cabresto e de curral”) o estado estava distante da modernidade e da organicidade econômica tão pregados pelos discursos republicanos.

Até o primeiro quartel do século XX o que se registrou significativamente, além da reforma urbana de Salvador e a modernização do seu porto por J.J.Seabra, foram os investimentos na construção do sistema ferroviário induzido pelos ingleses que na realidade foram os maiores beneficiários. Esse sistema constituiu um excelente negócio para a

Inglaterra, numa época em que a modernização de suas ferrovias, com a mudança de bitola das suas estradas de ferro, sucateava compulsoriamente grande parte do material rodante que, defasado, necessitaria ser descartado. Vendê-lo para o terceiro mundo era muito melhor que jogá-lo ao lixo.

Sobre ferrovias é interessante o depoimento do governador Góis Calmon que em 1924, em sua Mensagem à Assembléia Legislativa, afirmava:

Efetivamente, enquanto crescia o parque ferroviário do Sul, sempre fazendo crescer os mercados de consumo, nós nos limitávamos a uma estrada de penetração para o São Francisco, outra para o Sudoeste, e uma que tentava o Centro. No mais, ficávamos arranhando o litoral como caranguejos. Enquanto todo o Norte, incluída a Bahia, possuía, em 1919, cerca de 5.290 km de ferrovias, o nosso Estado possuindo 1.728, o Sul possuía 22.548 km, sendo que São Paulo com 6.615 e Minas com 6.613. A situação não se alteraria para o futuro, com o decréscimo, para nós, em qualidade, a disparidade ocorrendo, também, no setor das rodovias. (BAHIA-GOVERNADOR,1924).

Em 1958, já no final do governo Antonio Balbino, quando a Comissão de Planejamento Econômico – CPE, através de Rômulo Almeida, elabora o Plano de Desenvolvimento da Bahia – Plandeb, não havia mais como recuperar o tempo perdido pelo estado no processo de crescimento da economia brasileira. Ademais, as ações desenvolvidas na segunda metade do século XX, na formulação das políticas públicas e no planejamento econômico estadual, não obtiveram o sucesso almejado ao conferir prioridade ao princípio da geração de externalidades e de concessão de subsídios através de incentivos fiscais, tratando-os como elementos suficientes para a implantação e o desenvolvimento de parques industriais e elegendo a grande indústria produtora de bens intermediários, como o “motor” do desenvolvimento regional. Esta política, resultou na geração de uma base monoindustrial no Estado, fundada no segmento químico/petroquímico que assumiu a forma de um enclave.

A segunda metade do século XX

Apresenta-se a seguir uma análise periodizada do período 1960/2010, que se concentra nos esforços pela industrialização do estado, visto que esse processo era o objeto de todos os programas governamentais mais importantes. Na época, industrializar-se era sinônimo de desenvolver-se pois se acreditava piamente que o setor secundário era o motor da economia.

O **primeiro período** registrou-se dos anos 1950 até meados da década de 1960, quando ocorreram alguns investimentos federais estruturantes como a criação da Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF e a construção da Usina Hidroelétrica de Paulo Afonso, da Refinaria Landulpho Alves – Mataripe (RLAM), a criação do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico – BNDE, do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

No terreno das ideias, é de se registrar a efervescência intelectual que culminou com a edição do Plandeb, a criação da CPE, do Fundagro etc. Nesse período, o parque industrial que se desenvolveu estava concentrado no segmento das indústrias tradicionais, entre as quais se destacavam as das classes de produtos alimentares, têxtil, fumo, couros, peles e similares. Essa indústria estava vinculada à base agrário-exportadora da Bahia e dependente das relações deste setor com o mercado internacional. Financiada pelo capital-mercantil, operava com baixa renovação tecnológica e comprando tecnologia pronta ou utilizando aquelas de domínio público, dependentes apenas do *know-how* para o diferencial mercadológico. Em termos de comercialização da produção, tinha o seu tamanho e condições de expansão e de escala limitadas pela fragilidade do mercado regional.

Essa indústria não resistiu ao processo modernizador da economia brasileira, deflagrado com o Plano de Metas em 1956, e gradativamente perdeu espaço para os competidores do Sudeste, como foi o caso das fábricas de tecidos que compunham o parque têxtil, nas décadas de 1930/1950, totalmente liquidadas, da Bahia para cima, quando a construção da BR-116 (Rio-Bahia) e da BR-101 (Litorânea) abriu os mercados do Nordeste para o parque industrial de São Paulo.

Foi limitada ou nula a participação da Bahia no tipo de industrialização que é conhecida no Brasil como a **substituição de importações**. Uma análise retrospectiva permite observar que, no período marcado pela predominância desse mecanismo de política econômica, que funcionou como elemento motor da industrialização brasileira basicamente de 1946 a 1960, a expansão da indústria na Bahia, em seu conjunto, foi um movimento tímido, constituído por alguns projetos industriais de pequenos e médios portes, com tecnologia inferior à média nacional em cada caso. O atraso da Bahia no processo de substituição de importações manifestar-se-ia na pouca diversificação de seu parque industrial e, mais tarde, explicaria as razões da elevada concentração dos programas industriais. Segundo Pedrão (1996, p. 76-77) a participação do setor industrial no produto bruto do Estado passou de 10,5% em 1939, sucessivamente, a 6,8% em 1947, a 13% em 1957, voltando a 7,6% em 1967, justamente quando se supõe que a substituição de importações no Brasil já estava em declínio. Ao que tudo indica, esta pouca participação na substituição de importações estaria vinculada com as condições de desenvolvimento do sistema financeiro na região e com a mentalidade empresarial refratária à inovação e ao risco.

Em síntese, o que ocorreu nesse período foi que a expansão industrial baiana continuou carente de um impulso predominante que rompesse com o esquema de economia regional estagnada, característico do período de 1920 a 1950, que tantas inquietações provocou na intelectualidade e nos governantes baianos. A ampliação do parque industrial entre 1950/1964 não foi suficiente para sustentar a “decolagem” a partir do aproveitamento significativo das matérias primas regionalmente disponíveis. Segundo Baer, dando números aos clamores de Clemente Mariani,

o superávit de exportações da Bahia (cacau) para o exterior resultante da industrialização centrada no Sudeste – o primeiro sendo obrigado a comprar do segundo sob relações de troca menos favoráveis – implicou numa transferência de renda da região mais pobre do país para a mais rica

[...] **No período de 1948 / 1960 foram transferidos mais de US\$ 413 milhões de capital...**O sistema cambial representou uma carga adicional para a economia baiana.” (BAER,1996, p. 297. Grifo nosso)

O **segundo período** do processo de industrialização da Bahia situou-se entre o final da década de 1960 e o início dos anos 80, quando o estado experimentou um notável ritmo de crescimento econômico, com as taxas anuais médias de incremento do PIB superiores a 7% a.a., atingindo 11,3%, em 1978, e 11,1% em 1980. Nesse período, quatro fatores influenciaram o desenvolvimento industrial, a saber:

- I. O impacto inicial de uma política de industrialização, fundamentada na construção dos distritos industriais do Interior, do Centro Industrial de Aratu – CIA e do Complexo Petroquímico de Camaçari – Copec, na Região Metropolitana de Salvador – RMS , combinada com a atração de investimentos mediante a oferta de subsídios e externalidades nestes distritos industriais;
- II. O ingresso de substanciais transferências de recursos federais, através do BNDE, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (a fundo perdido) e do Sistema Financeiro de Habitação, o que ativou o mercado regional baiano, dada a realização de um impressionante conjunto de obras de infra-estrutura física e urbano-social, de conjuntos habitacionais e da montagem industrial, notadamente no CIA / Copec, que expandiram consideravelmente a criação de empregos;
- III. A disponibilização de financiamento público preferencial, através do sistema de incentivos fiscais federal e estadual, que promoveu uma transferência considerável de empresas *footloose*³ da região Sudeste para a Bahia, e por isso mesmo revertida quando do esgotamento do prazo dos benefícios concedidos;
- IV. A integração dos projetos baianos com os do governo federal, notadamente no que se refere à petroquímica⁴.

Nesta época consolidou-se o programa rodoviário federal para o Nordeste, com a pavimentação da BR-116 (Rio–Bahia) e BR-101 (Litorânea). Essas rodovias viabilizaram o modelo econômico nacional em construção, assegurando as condições para o escoamento dos intermediários fabricados na Bahia em direção ao Sudeste, e o abastecimento, por este, do Nordeste, com os produtos de consumo final oriundos do seu moderno parque de indústrias que funcionando com capacidade ociosa (RANGEL, 1963), precisava ampliar o seu limiar de procura estendendo o alcance dos seus bens.

A opção rodoviária implementada coincidiu com o desmonte do sistema ferroviário estadual. A desativação da Estrada de Ferro de Nazaré e do Porto de São Roque do Paraguaçu, na baía de Todos os Santos, implicou na desarticulação do sistema de

³ É um termo geral que denomina uma indústria que pode ser colocada e localizada em qualquer local sem criar enraizamento (*embedness*).

⁴ Com o fracasso da teoria dos polos (a petroquímica baiana não gerou os efeitos de polarização a que se referia Perroux e Paelink) a Bahia transformou-se de exportadora de *commodities* vegetais (cacau) em exportadora de *commodities* químicas (PVC, POLIETILENO etc.)

transportes que sustentara a produção têxtil e fumageira estadual. Com isso, ficaram isoladas as bacias do Jaguaribe e do Jiquiriçá, indiretamente desestimulando o crescimento da região Sudoeste do Estado, cortando-se a relação interna entre a indústria têxtil e sua região supridora de matérias-primas.

Nesse período, segundo a estratégia concebida no Plandeb, foram implantadas as principais indústrias dinâmicas do estado, como as da petroquímica (Copec/CIA), as metalúrgicas Usiba, Sibra e Alcan (no CIA) entre outras, produtoras de bens intermediários que, de uma participação da ordem de 43% no valor bruto da produção estadual em 1959, passaram para 80% nos anos 80.

Entretanto, na década seguinte, o setor siderúrgico acabou não prosperando pela prioridade conferida pelo governo federal aos projetos desse setor implantados na região Sudeste. O mesmo ocorreu com a metalomecânica cuja limitação, na Bahia, não foi apenas de volume da demanda, mas de sua capacidade de estimular sua renovação e ampliação.

Na ausência de uma indústria de bens de capital, como as de veículos ou a naval, com as quais se integrasse em relação de complementaridade, ficou a metalomecânica em completa dependência da indústria do petróleo. Só podia renovar seu capital e aprofundar sua especialização na medida em que a Petrobras sustentasse suas compras, o que acabou não ocorrendo.

Isto posto, o sistema industrial na Bahia estruturou-se com base no conjunto das vantagens embutidas na oferta de insumos derivados do petróleo e de uma oferta crescente de energia hidrelétrica que sustentou a articulação operacional do complexo petroquímico. O uso maciço da nafta e da energia a **preços administrados** representou um subsídio significativo que operou a favor das empresas petroquímicas, usuárias desses insumos, comparando-se com a estrutura de custos das demais empresas⁵.

O **terceiro período** do processo inicia-se na metade dos anos 80, quando as transformações da economia nacional, nas décadas de 1980 e 1990, refletiram o que tem sido denominado “décadas perdidas” para o desenvolvimento econômico da quase totalidade da América Latina. Na década de 1980, a economia brasileira ficou na dependência dos reajustes impostos pelas duas crises mundiais do petróleo, que funcionaram como indutores de um reordenamento muito mais amplo dos controles internacionais de mercado, a partir de grandes políticas de gestão energética nos países mais ricos, do controle do consumo de energia e do desenvolvimento da informática.

Esses reajustes obrigaram as empresas a uma reorganização produtiva muito maior que a indicada por suas necessidades de reposição de capital. Por sua vez, isso determinou um atraso no atendimento de necessidades sociais, acumulando uma dívida pública, externa e interna, que, com os custos sociais da própria política de estabilização, tomou a forma de uma dívida social que se projetou sobre os anos seguintes até a atualidade. Para os países subindustrializados como o Brasil, essa pressão adicional traduziu-se numa ampliação de

⁵ Cifras do balanço energético estadual para 1993 indicavam que os grandes compradores de energia pagavam **preços que equivaliam a um terço dos custos de produção desse insumo.**

seu atraso relativo em investimentos em infra-estrutura, limitando sua capacidade de competir em mercados internacionais.

A despeito da crise econômica das décadas de 1980/1990, manteve-se a predominância do segmento químico e petroquímico que determinou o perfil da indústria metalomecânica e elétrica e condicionou, inclusive, as pequenas empresas dos ramos de serviços. Esse parque industrial ganhou dimensões que lhe permitiram substituir a produção cacaueteira como líder da economia estadual.

A privatização desse setor foi marcada por uma intensa atividade dos grupos empresariais na busca de composições acionárias que lhes assegurassem a sobrevivência e perspectivas de crescimento nos anos subsequentes do século XXI, o que de fato vem ocorrendo notadamente na expansão em direção a outras regiões do país, como as do cone Sul.

Vale ainda observar que a tentativa de industrialização polarizada na Bahia, de fato realizada na década de 1970, surgiu justamente quando se acelerava o reordenamento mundial da produção industrial, ficando portanto, previamente condenada a um envelhecimento tecnológico precoce, que foi reforçado pela estrutura organizada a partir do sistema tripartite de constituição do capital das empresas e sustentado pelo oligopólio do sistema Petroquisa, que garantiu preços subsidiados de matéria prima (nafta). O peso relativo do valor da matéria prima na composição dos custos dessas empresas, retirado o subsídio, compromete a sua competitividade em um mercado do capital globalizado.

Por outro lado, a elevada mortalidade de empresas, registrada nos distritos industriais da Bahia, notadamente no Centro Industrial de Aratu – CIA, ao longo desse período, não se deveu somente ao encerramento de uma fase de aproveitamento especulativo dos subsídios e dos incentivos fiscais, mas, também, a autênticos problemas de governança empresarial, que vão desde a gestão insatisfatória dos negócios, da inadequação tecnológica dos processos e equipamentos às dificuldades de financiamento.

Os problemas hoje enfrentados na promoção de novas empresas, sob diversas formas, enfrenta, precisamente, essas questões que ligam a eficácia gerencial com o quadro de financiamento e os usos adequados de tecnologia.

Mas o endurecimento do ambiente competitivo internacional, paralelamente à perda de capacidade de financiamento do Estado, pôs a nu as dificuldades internas, tanto as do próprio setor petroquímico, para subsidiar a indústria polarizada, como problemas de gestão das empresas, decorrentes do desenho institucional e das bases culturais das empresas envolvidas nesse processo.

Verificaram-se perdas substanciais de diversas empresas e várias falências, no trajeto, que levaram ao reordenamento da capitalização e da operacionalidade do setor.

A partir de 1980, até os dias atuais, a indústria baiana sobrevive num ambiente de mudança de mercado, em que passou de uns 80% de vendas a um mercado interno oligopolizado, a ter que vender proporção equivalente concorrendo no ambiente

internacional controlado por produtores de maior porte. Isso significa que, nesse período, a industrialização na Bahia passou, novamente, a depender diretamente de ajustes na economia nacional em um dos seus setores mais sensíveis, no qual o realinhamento do capital se fez mediante investimentos de alta densidade de capital e alta tecnologia.

Por extensão, isto significa ainda que o perfil da indústria implantada no complexo de Camaçari rapidamente tornou-se parte dos movimentos mais acelerados de concentração de capital no país.

O **quarto período** do processo de desenvolvimento industrial da Bahia começa no alvorecer século XXI com o advento de um parque automobilístico (Projeto Amazon /Ford) a grande esperança do meio técnico governamental. A despeito de representar um investimento superior a US\$ 2 bilhões este projeto não produziu os efeitos de encadeamento almejados pelo governo estadual. O parque brasileiro de autopeças solidamente instalado no país e operando com capacidade ociosa e o progresso tecnológico recente tanto nos processos produtivos quanto na infraestrutura e na logística impediram que se repetissem os efeitos multiplicadores registrados na região Sudeste na década de 1950. Também outras montadoras, a despeito da expectativa local não se instalaram no estado, refletindo a saturação nacional do setor. O novo século não começou sorrindo para a indústria baiana, pelo menos nos seus primeiros quinze anos. A petroquímica cumpriu o destino vaticinado por alguns analistas independentes enfrentando nesses últimos anos uma grave crise decorrente da falta de modernização tecnológica, perda de escala e consequentemente de competitividade.

A concentração das atividades econômicas na RMS ainda se mantém respondendo por 48% do PIB estadual segundo a SEI. O colapso do projeto petroquímico que não correspondeu às expectativas estaduais levou o governo a retornar aos antigos projetos de fomento a industrialização do interior, sempre obcecado pela palavra “polo” apesar de que, certamente, a maioria dos seus governantes jamais tenha ouvido falar em François Perroux. Pelas respostas obtidas presume-se que tais projetos não tenham produzido os resultados pretendidos, notadamente pela forma equivocada que norteou a sua promoção como foi o caso do denominado “polo calçadista”.

Um discurso a favor do Capital Social

No plano social, provavelmente, encontra-se o núcleo duro da problemática baiana. A Bahia foi, e continua sendo, o estado brasileiro que mais caro tem pagado a conta do processo escravagista. Segundo dados do IBGE, encerrou o século XIX com uma população de 2.177.956 habitantes, correspondentes a 12,58% da população do país. Salvador, nesta mesma época, totalizava 205 813 habitantes equivalentes a 9,45% do Estado. Segundo Mattoso (1992, p.119), em 1872, a população baiana era composta de 72,4% de negros (pretos e mulatos, dos quais 12,2% escravos), 24% de brancos e 3,6% de índios e caboclos. Também Sampaio, C. (1999, p.51) registra que, em 1890, o número de analfabetos correspondia a 82% da população, percentual este que não se modifica com a virada do século, pois, em 1920, a porcentagem situava-se praticamente inalterada, em torno de 81,6%.

Trazendo esses dados para o presente, em 2016, segundo estimativa do IBGE, estavam na Bahia um total de 15,28 milhões de habitantes. Desses, 76,3% se autodeclararam negros, (sendo que 17,1% se disseram pretos e outros 59,2% se declararam pardos). A taxa geral de desemprego foi de 15,6%, acima das observadas para Brasil (11,3%) e Nordeste (13,4%). Com base na linha de pobreza do Banco Mundial, a renda domiciliar per capita de R\$ 383, para a Bahia e Salvador, delimitou 42,5% das pessoas do estado e 22,5% dos indivíduos de Salvador na situação de pobreza. (SEI,2017)

A Bahia não foi beneficiada pelo fluxo emigratório europeu e asiático que se concentrou basicamente nos estados do Sudeste e do Sul. A contribuição para a formação de uma classe média nada teve a ver com aquela transfusão de *know-how e background* familiar trazidos pelos imigrantes japoneses, italianos, alemães etc. que vieram para as regiões Sul e Sudeste. Aqui foi e continua sendo predominante uma população negra que após a Abolição só encontrou espaço nas atividades mais elementares, rudimentares e menos remuneradas, quando não permaneceu na marginalidade ou na informalidade. As dificuldades do seu acesso à educação, mantidas pela conveniência política das classes dominantes até os tempos atuais, limitaram drástica e substancialmente a mobilidade social dos negros, condenando-os a uma maior participação nos postos de trabalho menos remunerados do mercado de trabalho.

Esta é a moldura que expressa o desenvolvimento de uma sociedade cujo poder se manteve intocado até a metade do século XX. A ordem jurídica institucional vigente privilegiava os detentores do poder e desestimulava qualquer iniciativa no sentido da sua alteração. O quadro formado, pois, era de uma sociedade dominada por uma classe construída pela posse da terra, tornada aristocrática mediante títulos de nobreza e “patentes” da Guarda Nacional, comprados desde os tempos de D. João VI até o Império

A Bahia não contou com aquele *background* cultural que os imigrantes trouxeram para o Sul e Sudeste do Brasil⁶, confirmando o que dizia Marshall (apud FONSECA,1992, p.65) que **no longo prazo, a riqueza nacional é governada mais pelo caráter da população do que pela abundância de recursos naturais**. [...] Marshall via no "caráter nacional", ou seja, nos atributos éticos e intelectuais da população, "um dos mais valiosos entre todos os insumos da função de produção, um dos ingredientes mais decisivos na receita do crescimento econômico". Para ele, "objetos, organização, técnica eram acessórios: **o que importava era a qualidade do homem**". Justamente o que faltou e tem faltado à Bahia ao longo da história.

Também se acrescenta a falta de capital sinérgico nas regiões mais pobres do país. Ou seja, uma sinergia cognitiva que no dizer de Boisier (2007, p.83) articule os diversos capitais intangíveis na promoção do desenvolvimento endógeno.

⁶ O imigrante europeu em que pese ter sido recrutado nas camadas mais humildes da população, não se submeteu ao domínio das oligarquias. Vieram como assalariados, radicalmente opostos à situação dos negros escravos. Integravam o projeto de “embranchamento” do país.

Empreendedorismo, dinamismo e competitividade sempre foram qualidades ausentes na história da Bahia. Isso foi provocado pela forma discriminatória e excludente com que foi (e ainda é) tratada a sua população negra (preta e parda) e ainda, no que se refere aos brancos, pelo efeito da educação humanista transmitida desde os primórdios da colonização, dominante até a segunda metade do século XX, em detrimento da educação técnica.

Conta Fonseca (1961), que no início da colonização os ofícios artesanais, precursores da indústria eram realizados por brancos vindos da Metrópole. Com o passar do tempo e devido ao envelhecimento daquela mão de obra qualificada tornava-se necessário o treinamento e preparação de substitutos. Isso ocorria nas próprias fazendas, sendo que a transmissão dos conhecimentos profissionais era feita sem um método apropriado de acordo com as necessidades. Muito cedo, porém, o relativo prestígio de que gozavam os ofícios, nas fazendas, iria desaparecer por completo. A rudimentar e caseira aprendizagem de ofícios passava a ser ministrada aos escravos, o que a aviltava aos olhos dos brancos, os quais, por isso, começaram a desprezá-la. Quando isso se deu, abastardou-se o ensino de ofícios (Fonseca, 1961).

O fato de, entre nós, terem sido índios e negros os primeiros aprendizes de ofício marcou com um estigma de servidão o início do ensino industrial em nosso país. (Fonseca, 1961). A concorrência da mão de obra escrava tornou impossível aos pouquíssimos trabalhadores livres, emigrados da Europa, alugarem seus serviços por preços semelhantes aos que ofereciam os senhores de escravos aos empreiteiros de obras. O fato tinha, pois, dupla influência: tirava às classes médias do país qualquer idéia de abraçar uma profissão manual e tornava quase impossível a vinda de profissionais estrangeiros. (Fonseca, 1961).

Já quase na metade do século XX o governador Góes Calmon, assessorado por Anísio Teixeira, seu secretário da educação, tentava romper claramente com esse paradigma (trabalho manual é coisa de escravo) e optar pela formação técnica e pragmática, Góes Calmon estabelecia uma comparação com a escola norte americana, mostrando que, diferentemente da nossa, aquela fazia com que:

[...] a criança americana deixa a escola como um pequenino **empreendedor** (Sic) homem de trabalho, cheio de iniciativa, levando mais em conta os resultados materiais de sua actividade do que os cuidados com a sua cultura intelectual. (1924,p.65). (Grifo nosso).

Observe-se que, há 90 anos, atrás Góes Calmon já falava, pioneiramente, na formação empreendedora e dinâmica do nosso povo. Por que isso não ocorreu? Porque o preconceito arraigou-se na cultura local, facilitado pela disponibilidade de uma mão de obra servil que podia ser utilizada a baixo custo. Ademais o professorado, também reacionário e preconceituoso, não assimilou a idéia.

Assim, a formação e qualificação da mão-de-obra sempre ocupou posição secundária e complementar. Os esforços aqui se concentraram, historicamente, na formação bruta de capital fixo, e na construção de infraestrutura e externalidades para a atração de investimentos.

Porém essa política não conseguiu resolver as questões relacionadas com o desemprego e com os desequilíbrios sociais da renda, assistindo-se à permanência e à intensificação dos índices de pobreza, a qual funciona como freio às possibilidades de ampliação do mercado e da aceleração do processo de desenvolvimento.

Por esses motivos e pelas características do processo de desenvolvimento capitalista tardio, não funcionaram os mecanismos de complementaridade agroindustrial e comercial de que falavam os teóricos do desenvolvimento ainda na década de 60. Em outras palavras, não se instalou no estado um parque de transformação ou cadeias de produção integradas que assegurassem o desenvolvimento auto-sustentado. Assim, a Bahia transformou-se numa economia reflexa da economia do Sudeste e comandada de fora para dentro de acordo com as estratégias mercadológicas dos grandes grupos capitalistas nacionais e internacionais.

Na carência de empresários locais, esses são “importados”. Só que, com isso, em diversas circunstâncias são atraídos muitos predadores que aqui não vêm para fincar raízes, (*embedness*) mas para explorar ao máximo as vantagens atracionais oferecidas, na eterna disputa que marca os esforços de promoção do crescimento econômico dos estados nordestinos.

Falta imaginação e criatividade. Os que podem planejar os destinos do estado estão aprisionados a um paradigma que desvia a visão de outras perspectivas a explorar. Ou seja, há sessenta anos que se repete a mesma política, ainda traçada por Rômulo Almeida no Plandeb, quando não se trabalha em curto prazo num pragmatismo radical que leva a explorar as oportunidades que se apresentam, como foi o caso do projeto Ford, de elevada e penalizante relação custo benefício para as finanças públicas. Mas é fato que estes sucessos episódicos, associados a uma postura neoliberal, fez com que se parasse de pensar a Bahia em longo prazo. Deixou-se de planejar o futuro, de discuti-lo.

Falar em capital humano remete obrigatoriamente a questão educacional, um verdadeiro desastre. Exemplo clássico é o da taxa de analfabetismo na Bahia que era de 13,0% no ano de 2016, quase o dobro da média nacional, de 7,2%. O número de baianos analfabetos atinge 1,538 milhão de pessoas com 15 anos ou mais. Esses dados são resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) que tem como referência o segundo trimestre de 2016. E não se fala do absurdo analfabetismo funcional. Ainda quanto à taxa de analfabetismo é importante ressaltar que, em 2016, o percentual dos que não estudavam e não estavam ocupados, entre os jovens de 16 e 17 anos de idade era de 15,6%, para os jovens de 18 a 24 anos, 33,7%, e entre os de 25 a 29 anos de idade significou 33,9%. (SEI, 2017)

O estrago produzido por uma administração descompromissada com a eficiência do ensino já é bem visível e revelado pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- IDEB, indicador criado pelo governo federal para medir a qualidade de ensino das escolas públicas. O resultado do IDEB de 2018, foi de **7,1** quando a média nacional totalizou **51,7**. Esse desempenho da rede estadual de educação em relação à sua principal atribuição, que é o nível médio, colocou a Bahia na 25ª posição entre os 26 estados da federação. Comparativamente, o IDEB do estado de Pernambuco foi de 42,4. No Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes – PISA, que mede o desempenho dos estudantes

na faixa dos 15 anos, a Bahia fez **10** pontos contra uma média nacional de **47,9** ficando em último lugar entre os estados. Enquanto isso a nota de Pernambuco foi 34,5. (CLP,2018)

Os graduados e pós-graduados são lançados anualmente num mercado de trabalho que não os absorve, tornando o estado um exportador de mão-de-obra qualificada. A questão do emprego se agrava na Bahia, porque as empresas que aqui se implantam preferem importar mão-de-obra das suas regiões de origem por considerá-la mais produtiva, num preconceito injustificável para com os baianos, mas que se alicerça no próprio pensamento de parte das elites locais. Segundo afirmou um líder empresarial se “espremidas” todas as universidades baianas, não dariam meia xícara de uma Unicamp ou de uma USP. E aí a preferência é pela contratação de consultorias, estudos e pesquisas às universidades do Sudeste, até porque são grifes. Esse fenômeno, que se agrava e generaliza (o mercado baiano de empresas de consultoria desapareceu) é o retrato perfeito do neocolonialismo interno que explora o estado.

Não é por menos que a Bahia em 2018 classificou-se na 22ª posição no Ranking Nacional de Competitividade⁷. Perdendo no Nordeste para os estados do Piauí (21º); Pernambuco (20º); Rio Grande do Norte (19º); Alagoas (16º); Ceará (12º) e Paraíba (9º). No pilar de Capital Humano está na 20ª posição perdendo para todos os estados do Nordeste a exceção do Piauí, Maranhão e Sergipe. No pilar de Educação está em 25º lugar perdendo para todos os estados do Nordeste.

Considerações finais, a guisa de conclusão

Permanecendo nos primórdios do século XXI os efeitos dos problemas que marcaram a história da Bahia no século passado e que, com todas as causas aqui alinhadas, a fizeram perder a trilha do seu desenvolvimento, o prognóstico é de um futuro sombrio. A manutenção de um *status quo* de pobreza e de miséria cobrará um preço cada vez mais alto à segurança e a qualidade de vida dos seus cidadãos, como de resto se vem assistindo no cotidiano.

O Banco Central do Brasil - BACEN (2016, p.64) é quem diz ser uma característica da Bahia a produção de bens intermediários e matérias primas, destinados à exportação para o exterior e para a indústria de outras regiões. Ou seja, não mudou de posição desde os anos 1980 só que modernizou a sua base agrícola. Permanece *gerando divisas para o país* e suprindo com insumos o parque de produtos finais do Sudeste e do Sul, **características que limitam e condicionam a dinâmica de sua economia a movimentos exógenos**. Como dito, em termos da medição macroeconômica já foi a 6ª economia do País e hoje ocupa a 7ª posição. A sua participação no PIB do Brasil, segundo o BACEN, se mantém inalterada ao longo dos últimos 15 anos, situando-se em torno de 4,0%. Ou seja, na soma de relativos está estagnada.

E perguntam qual o futuro que se pode antever para a Bahia ?

⁷ Ver: <http://www.rankingdecompetitividade.org.br/ranking/2018/geral>

Sem mudar este quadro preocupante não muda nada! A Bahia continuará onde está, em marcha a ré, cada vez mais com um elevado nível de desemprego e uma população assalariada mal paga e que se dá por feliz com o pão do bolsa família e o circo do carnaval. Ficará, como ficou no passado a sua hoje rica região Oeste na dependência de um efeito *spillover* o qual, segundo a teoria de integração neofuncionalista, explica que um dos efeitos da integração de determinada atividade gera a integração de outras atividades, numa reação em cadeia e por meio de *um efeito de transbordamento* que levaria à intensificação dos processos de integração em curso (HAAS, 1970). Ou seja, com o passar do tempo o estado acabará se beneficiando do progresso dos seus vizinhos do Sul e Sudeste e do Nordeste (Pernambuco e Ceará) com a migração de mão de obra qualificada e dos empreendedores que não tem aqui. Isso porque, numa provável saturação dos seus mercados de trabalho muita gente começará a identificar aqui na Bahia grandes oportunidades não aproveitadas ou mal aproveitadas pelos nativos que oferecerão uma baixa concorrência. Este foi o fenômeno que assistimos no cerrado (Barreiras, Luiz Eduardo) e que começamos a assistir em Salvador como efeito colateral do CIA/Copec a partir dos anos 1970, notadamente na área de serviços e na educação superior.

Será necessário concentrar-se na promoção de investimentos no capital humano e social da Bahia. Fortalecimento das universidades estaduais, notadamente, equipando-as para atuarem nas áreas de ciências e tecnologia. Integração programática e cooperativa com as universidades, eliminando o distanciamento criado desde os anos 1970. Treinamento e reciclagem do funcionalismo – notadamente do pessoal da área educacional, de saúde e de segurança pública. Reforma radical do ensino fundamental eliminando-se a politiquice crônica incrustada nesta área e estabelecendo padrões de eficácia e qualidade no ensino. Integração com a Federação das Indústrias, Comércio e Agricultura, recuperando o CEPED e associando-o ao SENAI/Cimatec. Reestruturação da área de planejamento e de pesquisas desvinculando-a das atividades de gestão orçamentária inerentes à área fazendária. Descentralização efetiva da administração pública estadual (o que se almeja desde 1966), criando-se Coredes como no Rio Grande do Sul.

A integração efetiva em termos políticos e estratégicos da Bahia com os demais estados nordestinos constitui uma necessidade vital para todos. Formando um bloco teriam uma considerável força para defender os interesses regionais. Mas, para isso, seria necessário que houvessem muitos estadistas na região o que torna esta idéia utópica.

E, por falar em região, dizem os geógrafos que as regiões são **construtos teóricos**. Assim foi com o Nordeste. Construíram-no na década de 1950, nele reunindo os estados do Rio São Francisco para cima, até o Rio Parnaíba. Esse é o Nordeste histórico, integrado étnica e culturalmente em torno de Recife sua capital natural. Logo, incluíram o Maranhão, que a partir do Meridiano 44°W também é Amazônia Legal (uma questão de dupla personalidade) e também a Bahia que era parte da grande região Leste e não era nordestina. Mas virou até sinônimo. Para o povo do Sul/Sudeste, “baiano” é sinônimo de nordestino. Sendo um estado do meio, foi caminho de passagem do grande fluxo de migrantes que demandavam o sul maravilha, fugindo da inclemência das secas e ajudaram a construir São Paulo. Ai todos eles viraram “bairanos”. Nada menos verdadeiro. Os nordestinos históricos não assimilam bem os

baianos e esses, principalmente a sua elite, os esnobam⁸. Problemas antropológicos e históricos á parte, este é um grande erro de ambos os lados.

Ao responder às duas questões formuladas no início deste trabalho imagina-se ter cumprido uma tarefa arriscada, posto que existem muitos que acreditam estar tudo no lugar certo, que a Bahia vai bem e tudo mais não passa de crises de pessimismo ou discurso de oposição.

Questões de opinião, de informação e de sensibilidade.

Vale aprender com Mahatma Gandhi, quando dizia que "o erro não se torna verdade por multiplicar-se na crença de muitos, nem a verdade se torna erro por ninguém a ver..." um dia a luz se faz, só é de se esperar que não seja muito tarde.

Acredita-se ter confirmado com dados históricos, que pululam em todos os livros que analisam a história do Brasil e da Bahia, as hipóteses formuladas inicialmente. Ou seja, como o atraso econômico da Bahia foi consequência de uma trama de circunstâncias que ao longo do tempo produziram a situação atual. A associação de problemas políticos sociais e econômicos vivenciados pela nossa matriz colonizadora, que nos legou as amarras de uma burocracia patrimonialista, o imperialismo vicejante no mercantilismo europeu dos séculos XV ao XVIII ; a escravidão e o modelo de exploração agroexportador; a incompetência administrativa, o padrão de vida perdulário tão minunciosamente descrita pelo baiano Wanderley Pinho e a corrupção que caracterizaram a elite brasileira e baiana; a má condução política do Estado durante a Primeira República; as secas e demais condições edafoclimáticas adversas; e a política macroeconômica do governo federal, ao longo do século XX. Uma dose gigantesca de problemas que se não matou o povo baiano, no mínimo o aleijou.

Referências

AGUIAR. Manoel Pinto de, Notas sobre o enigma baiano. Salvador: **Planejamento** v.5 n.4, p.123-136. Out/dez, 1972.

ALMEIDA, Rômulo Barreto de. Traços da História Econômica da Bahia no último século e meio. Salvador: **Planejamento**, v.5, n.4, p. 19-54, out/dez. 1977.

ARRIGHI. Giovanni, **A ilusão do Desenvolvimento**. Petropolis: Vozes, 1997.

ARTHUR, W. B. **Increasing returns and path dependence in the economy**. USA: The University of Michigan Press, 1994.

⁸ Segundo Spinola (2009) Rômulo Almeida, baiano, planejador mor da Bahia e Celso Furtado, paraibano, o homem da Sudene, não se entendiam. O primeiro acusava o segundo de ter prejudicado a Bahia na formulação dos Planos Diretores da Sudene.

BACEN, Banco Central do Brasil. **Economia Baiana: estrutura produtiva e desempenho recente**. Brasília: BACEN, 2016.

BAER, Werner. **A Economia Brasileira**. São Paulo: Nobel, 1996.

BAHIA, Governador, 1924 – 1928 (Francisco Marques de Góes Calmon). Mensagem apresentada à Assembléia Geral Legislativa em 7 de abril de 1924. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1924.

BOISIER, Sergio. **Imágenes en el espejo: aportes a la discusión sobre crecimiento y desarrollo territorial**. México (DF): Economía, Sociedad y Territorio, 2007.

BAPTISTA, José Murilo Philigret; ARAÚJO, Ubiratan Castro de. Notas sobre a importância da intermediação comercial e financeira na Bahia (1650-1930) Contribuição técnica à 33ª. Reunião Anual da SBPC. In: CENTRO DE PLANEJAMENTO E ESTUDOS (CPE). **A economia baiana de 1850 a 1930: algumas questões**. Salvador: CPE, 1978. Não paginado.

BRAUDEL, F. **Civilisation matérielle, économie et capitalisme, XV^e-XVIII^e siècle - 3 vols**. Lisboa: Teorema, 1979.

BRITO, João Rodrigues de. **Cartas econômico-políticas sobre a agricultura e commercio da Bahia**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1821.

CALMON, Francisco Marques de Góes. **Vida econômico-financeira da Bahia: elementos para a história de 1808 a 1899**. Salvador: CPE, 1978.

CAMPANTE, Rubens Goyatá. O Patrimonialismo em Faoro e Weber e a Sociologia Brasileira. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 46, nº1, 2003, pp. 153 a 193.

CLP. Centro de Liderança Pública. **Ranking de Competitividade dos Estados em 2018**. Disponível em: <http://www.rankingdecompetitividade.org.br> Acesso em out.2018

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. Porto Alegre: Globo, 1984.

FONSECA, Celso Suckow (1961). **História do ensino industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: CEFET.

FONSECA, Eduardo Giannetti da. O capital humano na filosofia social de Marshall. **Revista de Economia Política**, vol. 12, nº2 (46), abril/junho de1992.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974

HAAS, Ernst. The Study of regional integration: reflections on the Joy and Anguish of pretherorizing. **International Organization**, vol. 24, Issue 04, September 1970, p. 606-646.

HIRSCHMAN, A. **The Strategy of Economic Development**. New Haven: Yale University Press, 1958.

HUXLEY, Aldous. **Admirável mundo novo**. Rio de Janeiro: Brail. 1969. IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil**, 2011. Rio de Janeiro: IBGE, 2012

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas do Século XX**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. **Braz do Amaral, o historiador da Bahia: sua concepção de história e engajamento político-social na Primeira República**. ANPUH: XXVII Simpósio Nacional de História. Natal, 2013.

MARIANI, Clemente. Análise do problema econômico baiano. Salvador: **Planejamento**, Salvador, v. 5, n. 4, p. 55 -121, out. / dez. 1977.

MARSHALL, Alfred. **Princípios de Economia**. Madrid: Editorial Sínteses, 2001. Primeira edição: 1890.

MARX, Karl. **O capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971

MATOS, Gregório. **Poesias**. Salvador: Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia, 2014.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia século XIX: uma província no Império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Saga, 1957.

PEDRÃO, Fernando Cardoso. **A industrialização na Bahia – 1950 a 1990**. Salvador: EA.1996.

PERROUX, François. O conceito de polo de crescimento. In: SCWARTZMANN, J. (Org.) **Economia regional e urbana: textos escolhidos**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977.

PORTO, Walter.(Org.) **Conselho aos Governantes**. Brasília: Senado Federal, 1998.

RANGEL, Ignácio. **A inflação brasileira**. São Paulo: Tempo Brasileiro, 1963.

SAMPAIO, Consuelo Novais. **Partidos políticos da Bahia na Primeira República: uma política da acomodação**. Salvador: EDUFBA, 1999.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: F.Alves,1979.

SEI, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. PIB da Bahia: 30 anos de análise. Salvador: SEI, 2006

SEI, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Anuário Estatístico da Bahia**. Salvador: SEI, 2010

SEI, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Anuário Estatístico da Bahia**. Salvador: SEI, 2012

SEI, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Bahia Análises & Dados **Retrospectiva 2017 e perspectivas**: os caminhos para a retomada do crescimento econômico no Brasil e na Bahia. Salvador v. 27 n. 2 jul./dez. 2017

SEPROMI - Secretaria Estadual de Promoção da Igualdade Racial – **Desafios no Enfrentamento da Extrema Pobreza**: Afinal, do que estamos falando? Apresentação de Maria Moraes. Cenário Bahia IBGE 2010. Disponível em http://www.sedes.ba.gov.br/media/arquivos/_SEDES.17.01.12.pdf Acessado em setembro de 2013.

SPINOLA, Noelio Dantaslé. A Implantação de Distritos Industriais como Política de Fomento ao Desenvolvimento Regional: O Caso da Bahia. **Revista de Desenvolvimento Econômico** Ano III. Nº 04 – Julho de 2004. Salvador.

SPÍNOLA, Noelio Dantaslé. **A trilha perdida**: caminhos e descaminhos do desenvolvimento baiano no século XX. Salvador: Unifacs, 2009.

SPINOLA, Noelio Dantaslé. **Política e estratégias para o desenvolvimento industrial e comercial da Bahia no século XXI**. Salvador: Kanzeon, 1998.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **O problema da involução industrial da Bahia**. Salvador: UFBA, 1966.

TAVARES, Luís Henrique Dias. A Economia da Província da Bahia na Segunda Metade do Século XIX. **Universitas**, Salvador (29): 31-40, jan./abr. 1982.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. Salvador: EDUFBA, 2001.

WALLERSTEIN, I. 1998. The Rise and Future Demise of World-Systems. **Analysis Review**, New York, v. XXI, n. 1, p. 103-112